



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REF. EDITAL Nº 02/2010 – CONCURSO PÚBLICO

PROCURADOR MUNICIPAL I

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 50 (cinquenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 50	Conhecimentos Específicos

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

ATENÇÃO

1. É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
2. Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
3. Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
4. Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
5. Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
7. A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
8. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
9. Você dispõe de 4h (quatro horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
10. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Você poderá levar o Caderno de Questões consigo devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas assinadas após decorridos 4h (quatro horas). As provas estarão disponibilizadas no site da FAFIPA (www.fafipa.org/concurso/), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
11. Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
12. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
13. Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
14. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

EDT01

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

De acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s)

- I. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
- II. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- III. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- IV. A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 02

O art. 60, § 4º da Constituição Federal estabelece algumas vedações materiais à alteração do texto constitucional, comumente chamadas pela doutrina de “cláusulas pétreas”. De acordo com o texto constitucional (art. 60, § 4º), assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma “cláusula pétrea”.

- (A) O voto direto, secreto, universal e periódico.
(B) A separação dos Poderes.
(C) A forma de governo.
(D) A forma federativa de Estado.
(E) Os direitos e garantias individuais.

QUESTÃO 03

De acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- II. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político constituído e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros.
- III. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- IV. Conceder-se-á "habeas-data" para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 04

A respeito dos Direitos Políticos, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, para os maiores de sessenta e cinco anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (B) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (C) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

QUESTÃO 05

De acordo com a Constituição Federal, acerca do Processo Legislativo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. São de iniciativa privativa do Presidente da República, as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- II. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- III. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- IV. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 06

A respeito do Supremo Tribunal Federal, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Senado Federal.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (D) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de palavras que preenchem as lacunas do texto apresentado. De acordo com a Constituição Federal, os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo _____, dentre brasileiros com mais de _____, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta _____.

- (A) Presidente da República / trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos / do Congresso Nacional
- (B) Presidente da República / trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos / do Senado Federal
- (C) Presidente da República / trinta e menos de sessenta anos / do Senado Federal
- (D) Presidente do STF / trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos / do Congresso Nacional
- (E) Presidente do Senado / trinta e menos de setenta anos / da Câmara dos Deputados

QUESTÃO 08

A respeito do Ministério Público e de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- (D) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um princípio da Administração Pública com previsão expressa na Constituição Federal.

- (A) Legalidade.
- (B) Moralidade.
- (C) Proporcionalidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Eficiência.

QUESTÃO 10

De acordo com a Lei 8.666/93, a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto é denominada de

- (A) tomada de preços.
- (B) convite.
- (C) concurso.
- (D) leilão.
- (E) concorrência.

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei 8.666/93, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

- (A) a licitação é inexigível.
- (B) a licitação é dispensável.
- (C) a licitação é deserta.
- (D) a licitação é fracassada.
- (E) a licitação deverá ser feita pela modalidade de leilão.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei 8.666/93 a antecedência mínima de publicação do edital varia de acordo com a modalidade de licitação, sendo que, no caso da modalidade Convite, o prazo mínimo é de

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias úteis.
- (C) 45 dias.
- (D) 5 dias úteis.
- (E) 30 dias.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei 8.666/93, no que se refere à formalização dos contratos, a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, é condição indispensável para sua

- (A) validade.
- (B) eficácia.
- (C) eficiência.
- (D) legalidade.
- (E) moralidade.

QUESTÃO 14

No que se refere à Concessão de Serviço Público, a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizadora específica e após prévio pagamento da indenização é denominada de

- (A) reversão.
- (B) caducidade.
- (C) encampação.
- (D) rescisão.
- (E) intervenção.

QUESTÃO 15

De acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre desapropriação é

- (A) exclusiva da União.
- (B) privativa dos Municípios.
- (C) exclusiva dos Estados.
- (D) privativa da União.
- (E) exclusiva do Presidente da República.

QUESTÃO 16

De acordo com o Código Civil, com relação ao direito de empresa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, depois do início de sua atividade.
- IV. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 17

A respeito da Transformação, da Incorporação e da Fusão das Sociedades, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A transformação não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores.
- (B) O ato de transformação depende de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
- (C) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- (D) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.
- (E) Constituída a nova sociedade, aos administradores incumbe fazer inscrever, no registro próprio da sede, os atos relativos à fusão.

QUESTÃO 18

A respeito da classificação dos títulos de crédito, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A nota promissória é um título de crédito de modelo vinculado.
- (B) A letra de câmbio é um título de crédito de modelo livre.
- (C) A letra de câmbio é uma ordem de pagamento.
- (D) O cheque é um título de crédito de modelo vinculado.
- (E) A nota promissória é uma promessa de pagamento.

QUESTÃO 19

De acordo com o Código Penal, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui

- (A) a ilicitude.
- (B) a culpabilidade.
- (C) a punibilidade.
- (D) a imputabilidade.
- (E) o dolo.

QUESTÃO 20

De acordo com o Código Penal, a conduta de “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”, caracteriza do crime de

- (A) Corrupção ativa.
- (B) Corrupção passiva.
- (C) Peculato apropriação.
- (D) Prevaricação.
- (E) Concussão.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.
- (B) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos altera a legitimidade das partes.
- (C) A parte, que revogar o mandato outorgado ao seu advogado, no mesmo ato constituirá outro que assuma o patrocínio da causa.
- (D) O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que ciente o mandante a fim de que este nomeie substituto. Durante os 10 (dez) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.
- (E) Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.

QUESTÃO 22

A respeito da Assistência prevista no Código de Processo Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.
- II. O assistente atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- III. A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.
- IV. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 23

De acordo com o Código de Processo Civil, quem detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá

- (A) denunciar a lide, o proprietário ou o possuidor.
- (B) nomear à autoria, o proprietário ou o possuidor.
- (C) prestar assistência ao proprietário.
- (D) chamar ao processo o proprietário.
- (E) oferecer oposição ao proprietário ou o possuidor.

QUESTÃO 24

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- II. Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
- III. Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
- IV. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz vista com entrega dos autos em carga.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 25

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- II. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- III. É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- IV. As citações e as intimações serão nulas, quando feitas sem observância das prescrições legais.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26

À respeito do Procedimento Sumário previsto no Código de Processo Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Observar-se-á o procedimento sumário, nas causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo.
- II. O procedimento sumário será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.
- III. Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.
- IV. No procedimento sumário são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 27

Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, reformar sua decisão, no prazo de

- (A) 5 (cinco) dias.
(B) 10 (dez) dias.
(C) 48 (quarenta e oito) horas.
(D) 72 (setenta e duas) horas.
(E) 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa INCORRETA. Compete ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

- (A) inexistência ou nulidade da citação.
(B) prescrição e decadência.
(C) incompetência absoluta.
(D) coisa julgada.
(E) litispendência.

QUESTÃO 29

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
- II. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.
- III. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- IV. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de dez dias.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei de Execução Fiscal (Lei Federal nº 6830/80), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- II. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- III. A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- IV. O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 31

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos

- I. os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- II. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição judicial.
- III. as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- IV. os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, III e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

De acordo com o Código Tributário Nacional, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor

- (A) na data de sua publicação.
(B) 30 (trinta) dias após a sua publicação.
(C) na data prevista na decisão.
(D) 15 (quinze) dias após a sua publicação.
(E) 10 (dez) dias após a data prevista na decisão.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas. De acordo com o Código Tributário Nacional, a conversão do depósito em renda causa a _____ o crédito tributário, enquanto, a concessão de medida liminar em mandado de segurança causa a _____ da exigibilidade do crédito tributário e a isenção causa a _____ do crédito tributário.

- (A) extinção / extinção / suspensão
(B) suspensão / suspensão / extinção
(C) extinção / suspensão / exclusão
(D) extinção / exclusão / suspensão
(E) suspensão / extinção / exclusão

QUESTÃO 34

De acordo com o Código Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
- II. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- III. A atividade administrativa de lançamento é discricionária e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- IV. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.

- (A) Apenas I e II.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas I, III e IV.
 (D) Apenas I, II e III.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa INCORRETA. Pertencem aos Municípios

- (A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese de ser fiscalizado e cobrado pelo Município.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (D) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (E) a competência para instituir impostos sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

QUESTÃO 36

Analise as assertivas e assinale alternativa que apresenta as corretas.

- I. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- II. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- III. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- IV. O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

- (A) Apenas I e II.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas I, III e IV.
 (D) Apenas I, II e III.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 37

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- I. a União.
- II. os Municípios.
- III. as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- IV. os partidos políticos.

- (A) Apenas I e II.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas I, III e IV.
 (D) Apenas I, II e III.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com o Código Civil tem domicílio necessário

- I. o incapaz.
- II. o servidor público.
- III. o militar.
- IV. o marítimo e o preso.

- (A) Apenas I e II.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas I, III e IV.
 (D) Apenas I, II e III.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com o Código Civil não corre a prescrição

- I. entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- II. contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra ou paz.
- III. entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- IV. entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40

De acordo com o Código Civil, a pretensão de reparação civil, prescreve em

- (A) 2 (dois) anos.
- (B) 3 (três) anos.
- (C) 4 (quatro) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.
- (E) 10 (dez) anos.

QUESTÃO 41

A respeito da obrigação de dar coisa certa prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios mencionados.
- (B) Deteriorada a coisa e sendo o devedor culpado, deverá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (C) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- (D) Até a tradição pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- (E) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este apenas pelo equivalente.

QUESTÃO 42

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com o Código Civil, deixa de ser obrigatória a proposta

- I. se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- II. se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- III. se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- IV. se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 43

De acordo com o Código Civil, o consentimento por parte do credor em receber prestação diversa da que lhe é devida, caracteriza:

- (A) evicção.
- (B) comodato.
- (C) dação em pagamento.
- (D) compensação.
- (E) novação.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta.

- (A) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (B) Considera-se proprietário aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (C) É injusta a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- (D) É de má fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (E) A posse de má fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código Civil, a todo tempo será lícito ao condômino exigir a divisão da coisa comum, respondendo o quinhão de cada um pela sua parte nas despesas da divisão. Podem os condôminos acordar que fique indivisa a coisa comum por prazo

- (A) não maior de cinco anos, suscetível de prorrogação ulterior.
- (B) não maior de cinco anos, insuscetível de prorrogação ulterior.
- (C) não maior de seis anos, suscetível de prorrogação ulterior.
- (D) não maior de seis anos, insuscetível de prorrogação ulterior.
- (E) não maior de dez anos, insuscetível de prorrogação ulterior.

QUESTÃO 46

O princípio do Direito do Trabalho, que consiste em conferir ao pólo mais fraco da relação laboral uma superioridade jurídica capaz de lhe garantir mecanismos destinados a tutelar os direitos mínimos estampados na legislação laboral, denomina-se

- (A) princípio da irrenunciabilidade de direitos.
- (B) princípio da continuidade da relação de emprego.
- (C) princípio da proteção.
- (D) princípio da primazia da realidade.
- (E) princípio da legalidade.

QUESTÃO 47

É hipótese de suspensão do contrato de trabalho,

- (A) férias.
- (B) licença-maternidade.
- (C) licença de até 3 dias consecutivos, em virtude de casamento.
- (D) acidente de trabalho ou doença após o décimo quinto dia.
- (E) repouso semanal remunerado.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa que corresponde aos requisitos necessários para a equiparação salarial, conforme previsto na Legislação Laboral.

I. Identica função.

II. Trabalho de igual valor, considerando o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de serviço não seja superior a 2 (dois anos).

III. Na mesma localidade.

IV. Prestado ao mesmo empregador.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 49

No Processo do Trabalho, o número limite legal de testemunhas no procedimento ordinário, que poderá ser indicado por cada parte é de

- (A) 2 (duas) testemunhas.
- (B) 3 (três) testemunhas.
- (C) 4 (quatro) testemunhas.
- (D) 5 (cinco) testemunhas.
- (E) 6 (seis) testemunhas.

QUESTÃO 50

O recurso utilizado no processo do trabalho para impugnar decisões judiciais proferidas no curso do processo de execução denomina-se

- (A) recurso ordinário.
- (B) agravo de petição.
- (C) mandado de segurança.
- (D) recurso adesivo.
- (E) recurso de revista.